



Água é direito, não mercadoria Privatização das águas públicas no Brasil

Enquanto o mundo discute a nocividade da privatização da água, bem público e direito de todo cidadão e cidadã, o Estado brasileiro, às escuras, lança editais para cessão onerosa de corpos d'águas em quatro estados do país. Essa edição do Leme traz os prejuízos e ilegalidades jurídicas que significam tornar os recursos hídricos em mercadoria, além de enfatizar a luta e resistência de pescadores e pescadoras artesanais pelo acesso às águas livres.

É para também garantir o direito a esse bem que a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras vem ganhando força pelo Brasil. Através de oficinas, participação em grandes eventos e caravanas, as comunidades tradicionais colocam em pauta na sociedade a urgência em defender seu território, o que significa combinar o trabalho sustentável com a natureza à garantia de boa alimentação para o povo brasileiro.



Foto: João Zinclar

“Comunidades pesqueiras, essa gente que possui história, cultura e tradição, que na defesa do seu território garantem alimentação, que na sua luta preservam e defendem as águas livres. ”

William Tavares

Embalada por essas questões, a pescadora artesanal, Maria das Neves, traduz em poesia a luta pelos direitos e cultura de pescadores e pescadoras artesanais e o grito pela preservação da natureza, nos deixando uma bela e forte mensagem. O teólogo e agente do CPP, William Tavares, também se posiciona através de linhas e referências bíblicas que explicitam a água como vida, benção e direito.

Boa Leitura.

Privatização das águas



O advogado e agente do CPP, Marcos Brandão, explana sobre a

questão da privatização das águas no Brasil, colocando em evidência pontos legais que impedem esse retrocesso para o povo brasileiro.

Campanha pelo Território Pesqueiro



A Campanha Nacional pela Regularização do Território das

Comunidades Tradicionais Pesqueiras vem se espalhando pelo Brasil e multiplicando assinaturas e pessoas envolvidas na causa.

Cultura Pesqueira



Na Zona da Mata de Pernambuco, a pescadora artesanal, Maria

das Neves, conhecida como Maria das Águas, declama e canta poesias que reforçam toda a luta de comunidades pesqueiras.

A privatização das águas para Aquicultura: uma ameaça às Comunidades Tradicionais Pesqueiras

Por Marcos Brandão - advogado e agente do CPP

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) no Brasil foi fruto de luta histórica das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. A história registra uma batalha intensa para conquistar o reconhecimento da importância econômica e cultural destes povos. As sucessivas conquistas institucionais culminaram na criação de um Ministério específico com a promessa de responder às demandas reprimidas deste povo e alimentaram a esperança da construção de um projeto popular para a pesca no país.

Lamentavelmente, o povo brasileiro foi traído. O governo tenta impor uma política de esmagamento às comunidades tradicionais pesqueiras. A pesca familiar é excluída das políticas e tornou-se alvo de uma poderosa campanha para deslegitimar a sua capacidade de gerar trabalho e renda. Esta ação divulga a escassez de pescado sem fazer qualquer indagação sobre a responsabilidade da política neo-desenvolvimentista na diminuição dos estoques. Por fim, apresentam a substituição da pesca familiar pela aquicultura como alternativa

para gerar empregos e mais alimentos.

Este discurso vazio esconde o verdadeiro interesse das grandes empresas que controlam hoje o MPA: pescadores e pescadoras vivem e trabalham em territórios cobiçados por essas empresas, que desejam tirá-los do caminho para dominar suas riquezas ambientais. Assim é com o petróleo, com a geração de energia elétrica e eólica, monocultivo do eucalipto, com os portos, estaleiros, a indústria do turismo de massa e tantos outros interesses de poderosos. Por outro lado, setores do capital querem transformar o mar e os rios em mercadoria como fizeram com a terra. Almejam expulsar os pescadores para fazer grandes latifúndios aquários, especulando áreas ou criando peixe para exportação e concentrar a riqueza na mão de poucos. No Chile, estas mesmas empresas implantaram grandes fazendas para criar salmão para exportação trazendo danos terríveis para os pescadores e para toda a sociedade.

O governo está refém das multinacionais que produzem a ração que representa cerca de 70% do custo da atividade.



Quando os pescadores são seduzidos por este “canto de sereia”, ficam escravizados por estas multinacionais que ditam o preço e o modo de produção. Muitos pescadores acabam abandonando seus cultivos, que são adquiridos pelas grandes empresas, monopolizando a atividade, gerando subemprego e trabalho precário. Isso traz prejuízos graves para o meio ambiente, afetado pela implantação de extensas monoculturas, pois as fazendas geralmente produzem uma única espécie de pescado. Também as pessoas da cidade deixam de consumir um pescado orgânico e sadio da pesca familiar e passam a consumir peixes cheios de hormônios e antibióticos como acontece hoje com os frangos.



Parque Aquícola



Maricultura empresarial



Criação de tilapás em cativeiro

Neste contexto, foi criada uma base legal para conceder autorização de uso privado das águas da união e possibilitar a implantação de fazendas marinhas. A empresa *Aqualider* foi a primeira a receber esta autorização e implantou uma fazenda de beijupirá no litoral de Pernambuco. Para impedir a ação dos pescadores, este processo tramitou sem a publicidade necessária para possibilitar a participação social. Em poucos meses, este empreendimento foi à falência e o caso, abafado. Recentemente, foi lançado um edital para privatizar outras áreas em vários estados do Brasil, substituindo e usurpando territórios pesqueiros tradicionais. Uma análise deste processo demonstra que a legislação, ainda que desfavorável para os pescadores, não está sendo cumprida, o que

motivou um recurso administrativo por parte da colônia Z-4 de Ilha de Maré. O MPA não respondeu aos pescadores e o caso deve parar nos tribunais. Os principais pontos questionados pelas comunidades são:

- O MPA não observa o rito específico definido pelo ordenamento jurídico para conceder autorização de uso das águas públicas da União para fins de aquicultura;
- Não observa o critério de ordenamento, localização e preferência;
- No instrumento convocatório do certame, não foram respeitadas as regras de preferência para a cessão/autorização para pescadores e Colônia de pescadores.
- Não foram realizadas consultas ou viabilizados canais de participação da

população afetada pelo ato administrativo. O MPA não respeitou a convenção 169 da OIT*, da qual o Brasil é signatário, que garante o direito de consulta aos povos tradicionais. Este direito não foi respeitado na formulação da IN que regulamenta os procedimentos para cessão das águas públicas, bem como no processo de consulta para autorização de uso dos corpos d'água da união utilizados pelas comunidades pesqueiras como condição para sua reprodução física e cultural.

*Organização Internacional do Trabalho

Assim, vemos que se inaugura uma nova fase na luta dos pescadores do Brasil. Agora, além de lutar por melhores condições de vida, esses grupos precisam garantir que não roubem o elemento mais importante que lhes foi entregue pelos seus antepassados: as águas, símbolo maior do território pesqueiro. O lugar onde se retira a sobrevivência das famílias e se alimenta o espírito guerreiro dos ancestrais.

Bíblia e água, território do povo

Ao voltar de visita Da região do rio São Francisco, passando por Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado, depois circundar Ilha de Maré, junto com o conselho fiscal do CPP em visita ao regional Bahia, fui incumbido escrever sobre **bíblia e água**, embora teólogo, antes poeta, eu começaria com Madre Teresa de Calcutá que diz: "Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota".

Acredito que isso o Criador tinha em seu coração, quando no relato do Gênesis, antes de se manifestar tudo era solidão, trevas e caos e as águas cobriam o abismo. Deus, por meio de sua comunicação criadora, **organizou o caos**: separou as águas de cima das de baixo e fez surgir a terra, lugar seguro para as pessoas. A presença de Deus nas águas é a **harmonia** e ordem na Criação... Na criação somos parte da natureza e terra e água nosso território.

Ele nos molda do barro molhado e sopra sobre nós um espírito úmido. Para nos ensinar a **convivência dos seres** das águas constrói aliança sob o arco-íris, estava ali uma nova promessa, nossa humanidade deveria buscar a harmonia e a beleza em nossas relações.

Aqui a água na teologia bíblica assume dois aspectos que parecem contraditórios: um é vida, **bênção**, sinal da presença de Deus, imagem da pessoa que se deixa conduzir por Deus e por sua graça, pela partilha. O outro é caos, morte, destruição e ausência de Deus que vem pela negação dos **direitos**, exploração. Apesar de parecerem contrários, os dois decorrem da experiência vital do povo de Israel e das nossas hoje a partir das construções sociais. Cecília Meireles parece conhecer bem a água humana e nos diz: "Tempestade. O desganhamento das ramagens. O choro vão da água triste, do longo vento, vem morrer-me no coração."

A construção do nosso povo é percebido na **solidariedade**, assim Jacó age dando de beber as ovelhas das filhas de Labão sob a fonte de água, assim Moisés, no êxodo, defende o território e o direito das filhas do deserto alimentar e cuidar de suas crias, é o caminho da **liberdade** que nasce do cuidado, da defesa dos nossos como água viva na palavra ressoada do poeta negro que embala nosso corpos: a justiça cobrirá a terra como a água cobre o mar.

É certo que nesse caminho eu não fui fiel ao pedido do CPP Nacional, mas ao fugir do óbvio, espero chegar a profundidade do **respeito** que se percebe na conversa de Jesus com a samaritana, onde bebem da fonte que não seca, a tradição e o diálogo, e assim se percebem num território comum, a água, fonte de inspiração, **garantia de vida**.

Hoje, nossos povos tradicionais da terra, das florestas e das águas estão com suas comunidades e **territórios** ameaçados pelo crescimento desordenado da Aquicultura empresarial e grandes empreendimentos, assim o Estado consente a privatização das águas, bem gerador de toda vida, os poderosos pensam ameaçar nossa espiritualidade do desejo das **águas livres** pelas cercas, pelo capital, pelas armas... da união do nosso povo quilombola no rio e no mar vem respostas, **organização**, lutas pelos direitos e preservação do ambiente, antes de ser meio, é fim, é começo de onde viemos e onde construímos e vivemos o futuro para toda a humanidade...

Aqui minhas citações bíblicas trago nas mãos calejadas do nosso povo, **o olhar** da gente do mangue, **a poesia** de Maria do Paraguassu, **a força** de Altino de Jesus, a ternura de Djalma, **o encanto** das marisqueiras, o samba das

Foto: Acervo CPP



comunidades pesqueiras, essa gente que possui **história, cultura e tradição**, que na defesa do seu território garante alimentação, que na sua luta preserva e defende as águas livres e um dia possamos proclamar como nos diz Pablo Neruda: "Por isso creio, cada noite no dia, e quando tenho sede creio na água, porque creio no homem. Creio que vamos subindo o último degrau. Dali veremos a verdade repartida, a simplicidade implantada na terra, o pão e o vinho para todos."

William Tavares

Teólogo e conselheiro do CPP

Cultura Pesqueira

Olha para mim

Olhe bem, olhe sim.

Olhe com carinho.

Se lembrar de mim?

Se tu te lembrar e quiser chorar, chore.

Porque é de saudade do tempo passado que não volta mais.

Vivíamos juntinhos.

Éramos pequenininhos, mas muito fortes.

Porque éramos unidos e quase ninguém entendia que a nossa vida era feliz.

E tínhamos mais espaço.

Éramos um grande riacho que tornava-se um grande rio.

Olhe de novo, estou no meio do povo e ninguém percebe.

Só pensam em dinheiro, não se é mais cavalheiro como antigamente.

Dentro de nossas águas, ao longo do caminho, nos transformam em esgoto e espaço de ruína.

Com muita maldade, cortam a felicidade de um rio limpinho.

Cheio de saúde, com vida e virtude. Cheio de peixinhos.

Olhem para nós, juntem todas as vozes para gritar por mim.

Um rio poluído, muito sofrido, lembrem de mim.

Maria das águas

pesqueira e poeta
de Lagoa do Carro/PE

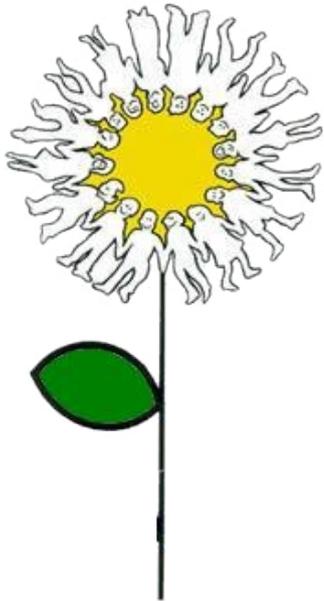
Em defesa do Território Pesqueiro



Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Pesqueiras



Campanha ganha foco na 5ª Semana Social Brasileira



Entre os dias 02 e 05 de setembro, aconteceu em Brasília a 5ª Semana Social Brasileira (5ª SSB), que contou com a participação de pastorais sociais, organismos vinculados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lideranças evangélicas e movimentos sociais. A 5ª SSB discutiu um Estado mais justo e a serviço da sociedade, propondo políticas e ações que possibilitem essa realidade. O debate sobre a garantia ao território das comunidades tradicionais, inclusive o de pescadores e pescadoras artesanais, tornou-se um compromisso e teve encaminhamentos relevantes para a efetivação desse direito.

A Carta final da 5ª SSB coloca em pauta o apoio à articulação dos povos e comunidades tradicionais, contribuindo com a Campanha pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e fortalecendo as relações das pastorais sociais do campo. Além disso, a Campanha conseguiu um espaço no evento no qual pôde distribuir materiais de divulgação e abaixo-assinados para que os participantes pudessem fazer coletas em suas regiões.

Campanha pelo Território Pesqueiro em vídeos

Durante a 5ª SSB, foi lançado o vídeo institucional da Campanha pelo Território Pesqueiro, com o apoio da própria Semana para sua realização. O trabalho, produzido pela produtora Nigéria, de Fortaleza, enaltece a importância das comunidades pesqueiras, ameaçadas pelo modelo desenvolvimentista, e a urgência da coleta de assinaturas do abaixo-assinado que propõe o projeto de lei para regularizar o território de pescadores e pescadoras artesanais.

Já em parceria junto a TV Universitária Recife, a Campanha lançou uma série de vídeos intitulados "Salve o Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras". As produções mostram depoimentos de pescadoras artesanais, pesquisadoras e agentes de pastorais que abordam desde o conceito sobre território até a necessidade de se garantir o direito das comunidades. "O pescador que não tem território não tem história, e sem história a gente não pode viver", enfatiza em uma das produções a pescadora artesanal, Iranyr dos Santos.

Os vídeos podem ser acessados no canal do youtube da Campanha: www.youtube.com/territoriopequeiro

Semana Nacional de intensificação da coleta de assinaturas

Entre os dias 23 e 29 de junho, aconteceu a Semana para intensificar a coleta de assinaturas do abaixo-assinado referente ao projeto de lei proposto pela Campanha pelo Território Pesqueiro. A ação, que marcou as festividades de São Pedro, Dia do Pescador e da Pescadora, 29 de junho, movimentou as atividades da jornada, mas não simbolizou o fim das arrecadações.

"Esperamos que essa iniciativa sirva como um fator motivador para as outras semanas e meses de Campanha", pontuou a pescadora artesanal, Marizelha Lopes.



De 23 a 29 de junho
Semana de Intensificação da coleta de assinaturas
Aproveite a semana de festividades ao Dia do Pescador/a para intensificar a coleta de assinaturas da Campanha pelo Território Pesqueiro. Queremos 1.406.466 assinaturas e você pode ajudar. Participe! www.peloterritoriopequeiro.blogspot.com

Mobilização em evento Nacional

Durante os dias 24, 25 e 26 de julho, o MPP/PE, o CPP e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) levaram a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras para a 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), evento nacional que reuniu acadêmicos de todo Brasil na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife.

Através de uma tenda montada no campus da universidade, participantes do SBPC puderam assinar o abaixo-assinado da Campanha e conhecer melhor a causa de pescadores e pescadoras artesanais. O espaço também contava com a exibição de documentários sobre temáticas relacionadas aos conflitos enfrentados pelas comunidades tradicionais e com rodas de diálogos para que os debates fossem aprofundados com a participação de membros do próprio evento, como o professor da Universidade Federal do

Amazonas (UFAM), Alfredo Wagner.

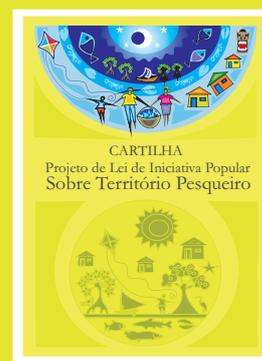
Além da tenda, representantes do MPP, do CPP e da Fundaj circularam por todo evento levando a proposta e colhendo assinaturas durante os três dias de participação no congresso. Mais de mil contribuições foram contabilizadas nos abaixo-assinados, além da ampliação da rede de contatos.

“Nesses dias na SBPC pudemos falar sobre a nossa luta para as pessoas, foi importante, pois é preciso que a população se sensibilize com a nossa causa”, comenta o pescador artesanal de Barra de Sirinhaém, litoral sul de Pernambuco, Ronaldo Santana.



Tenda da Campanha pelo Território montada no campus da UFPE

Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro



No intuito de facilitar a compreensão sobre o projeto de lei da Campanha pelo Território Pesqueiro, o MPP, com apoio do CPP e outros parceiros, desenvolveu a cartilha *Projeto de lei de iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro*. O material traz de forma didática o conteúdo do projeto de lei, que está na fase da coleta de assinaturas para que possa ser encaminhado ao congresso nacional.

Confira a cartilha no blog:

peloterritoriopesqueiro.blogspot.com

Oficinas, feiras e caravanas fortalecem o debate sobre o Território pelo Brasil

Oficinas

Pernambuco

08 e 09 de maio

Piauí

05 a 09 de junho

Amazonas

23 a 27 de junho

Minas Gerais

23 a 25 de agosto

Rio Grande do Norte

31 de agosto



Oficina no PI



Feira da Pesca Artesanal MG

Romaria Bom Jesus da Lapa

Bahia
5 a 7 de julho

Feira da Pesca Artesanal

Minas Gerais
27 de abril



Aconteceu

MPP lança carta de Repúdio à Privatização das águas públicas



O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) lançou em agosto uma carta expressando repúdio à violação que acomete seus territórios tradicionais, decorrente da política desenvolvida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de privatização das águas públicas (mar e continental) do Brasil para fins de aquicultura. As ações do Estado colocam os interesses individuais ou de poucos grupos econômicos acima do direito de povos centenários, e da própria sociedade brasileira. O lucro é tido como prioridade em detrimento da valorização do desenvolvimento com sustentabilidade e a garantia da segurança alimentar proporcionada por comunidades tradicionais.

Para conferir a carta na íntegra, acesse o blog da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras:

peloterritoriopesqueiro.blogspot.com

SuaPE é multada em R\$ 2,5 milhões após pressão de pescadores

A Agência Estadual de Meio Ambiente de PE, em setembro, autuou o Complexo de SuaPE alegando que o método utilizado para algumas de suas obras causa danos ao meio ambiente, alguns irreparáveis, ameaçando a fauna e a atividade da pesca artesanal da região no litoral Sul do estado. Isso resultou na multa de R\$ 2,5 milhões e na adoção de medidas que respeitem a biodiversidade e o modo de vida das comunidades pesqueiras. As investigações tiveram como base denúncias vindas de pescadores/as artesanais, informações científicas e documentos ambientais.

Comunidade é despejada por querer recuperação de área de manguezal



Foto: João Luis Joventino

Em agosto, 27 famílias que ocupavam a área de um viveiro de camarão abandonado, em

Aracati/CE, para protestar pela degradação do manguezal e reivindicar a garantia do território, foram despejadas por policiais militares, enquanto o empresário da carcinicultura, Rubens dos Santos Gomes, que se diz dono da terra, assistia o caso. O viveiro encontrava-se desativada desde 2004, quando foi multada e embargada pelos órgãos ambientais competentes. A comunidade ainda luta pela garantia e preservação de seu território.

IV curso de formação do CPP aborda relações de gênero

Entre 14 e 18 de maio, no Recanto do Pescador, Olinda, agentes do CPP de todo Brasil se reuniram



Foto: Aderne CPP

para o IV módulo dos cursos de formação que teve como tema as Relações de gênero. O momento teve a participação da irmã do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Aline Steuer, que trouxe uma releitura da bíblia com foco na participação das mulheres, da antropóloga, Suely Kofes, que abordou a história e o conceito de gênero e para fechar o curso, a advogada aposentada com especialização em direitos humanos, Vera Baroni, que levantou a questão racial no debate sobre gênero.

Pescadores/as participam do Dia Nacional de Lutas



Foto: Aderne CPP

Organizado por movimentos e organizações sociais, O Dia Nacional de

lutas, 11 de julho, contou com a participação do MPP, na Bahia. Os principais gritos foram em repúdio à política de privatização das águas, e em nome da regularização do território Quilombola, especialmente o de Rio dos Macacos, fortemente atacado pela marinha brasileira. Na ocasião, ainda aconteceu a divulgação da Campanha pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

V Curso de Formação do CPP - Território: Identidades, legislação e Perspectiva de Garantia do Território

O curso acontece no Centro de Formação Recanto do Pescador, em Olinda, entre os dias 16 e 20 de setembro de 2013.

IV Seminário da Pesca

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) irá promover o IV Seminário da Pesca Artesanal em Recife/PE, entre os dias 26 e 28 de novembro. Representantes do CPP, do MPP, de universidades, associações e da própria Fundaj participarão do evento, que trará a temática do território pesqueiro e seu desenvolvimento, além da questão dos direitos de comunidades pesqueiras e a realidade das mulheres pescadoras.

Vem por aí

Oficinas sobre Território

O segundo semestre de 2013 dará continuidade às oficinas sobre o Território Pesqueiro. Uma iniciativa do MPP com apoio do CPP.

Rio Grande do Sul
24 a 27 de setembro

Alagoas
28 e 29 de setembro

Espírito Santo
29 e 30 de outubro